

CIDADE INOVA.

UMA REVISTA CARIOCA DE Gestão Pública

RIO, CIDADE EDUCADORA:

ESCU TA ÀS CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

■
GESTÃO PÚBLICA,
GOVERNANÇA
PÚBLICA E SISTEMAS DE
INFORMAÇÕES URBANAS
NO CONTEXTO DAS
SMART CITIES

ROSANA MOTTA GOMES

■
PLANEJAMENTO COMO
INSTRUMENTO DE
PROTEÇÃO AMBIENTAL DO
TERRITÓRIO

VLADIMIR DA FRANÇA FERNANDES

■
POLÍTICA CARIOCA DE
DESENVOLVIMENTO DE
GESTORES

NOEMI LUSTOSA BAPTISTA

PREFEITURA DA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO

PREFEITO
Eduardo Paes

SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Andrea Riechert Senko

INSTITUTO FUNDAÇÃO
JOÃO GOULART

PRESIDENTE
Rafaela Bastos

A REVISTA CIDADE INOVA É UMA REVISTA CARIOCA
DE GESTÃO PÚBLICA QUE SAI QUATRO VEZES AO ANO.

EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Alexandre Cherman – FJG
George Alves – FJG
Marcio Martins – SMPU
Monica Araujo de Souza – SME
Paloma Hochman Mendez – SMDEIS
Pedro Arias Martins – FJG

REVISORES DE PORTUGUÊS

Monica Araujo de Souza
Saulo Albuquerque

COLABORADORES

André Appariz

PROJETO GRÁFICO

Renata Ratto
Breno Lima

DIAGRAMAÇÃO

Paloma Hochman Mendez
Marcio Martins

FOTO CAPA

Rafael Catarcione.

NÚMERO 13, VOLUME 1
JUNHO 2022
ISSN 2596-3236

Os artigos podem ser adaptados para fins didáticos,
copiados e distribuídos desde que o autor seja citado
e que não se faça uso comercial da obra.

Os conceitos e opiniões expressos nos artigos,
bem como a exatidão e a procedência das citações,
são de exclusiva responsabilidade dos autores.

 FUNDAÇÃO
João Goulart

T [21] 2976.3703 | 2976.1012
fundacaojoaogoulart@gmail.com
liderescariocas@gmail.com
www.rio.rj.gov.br/web/fjg

CARTA DO EDITOR

TRISCAIDECAFOBIA

TriscaidecaFOBIA. O medo irracional do número 13. Apesar de irracional, é real e acomete cerca de 10% da população mundial. Sim, é isso mesmo que você leu. Quase um bilhão de pessoas comungam dessa superstição: a que diz que o número 13 dá azar.

(Em países tão distintos quanto os EUA e a China, há prédios que simplesmente “pulam” o 13º andar; no elevador, os botões vão do 12 ao 14, sem passar pelo 13!)

Mas porque tanto temor em relação ao 13? A tradição cristã lembra que esse era o número de presentes na Última Ceia (e todos sabemos como acabou aquele jantar em particular...). Porém a superstição é mais abrangente que isso. Lendas nórdicas nos contam de um jantar (mais um jantar!) em Valhalla, a terra dos guerreiros mortos, onde doze deuses dividiram uma mesa. Loki, o deus da trapaça, não tendo sido convidado, chegou de surpresa e... bem, há várias versões do que aconteceu depois, mas nenhuma delas é boa. E, claro, Loki foi o 13º deus, causador de todos os problemas.

Voltando à vida real, as doze luas cheias que acontecem em um ano (fenômeno natural conhecido há muito, muito tempo) trazem uma aura “perfeita” ao número 12. O fato de ele ser divisível por 2, 3, 4 e 6 também contribui para a boa fama do 12. E, claro, por comparação, o número seguinte passou a ser mal visto... Pobre número 13.

Mas aqui na Cidade iNova trabalhamos com fatos, dados e evidências. Não tem superstição que nos impeça de lançar a nossa décima terceira edição. E esperamos que vocês a recebam de braços abertos e sem medo. Boa leitura!

Ah! E no melhor estilo Zagallo... Cidade iNova 13 tem 13 letras! (Na verdade, 11 letras e dois números... Vocês entenderam, não é?)



FALA, PRESIDENTA

RAFAELA BASTOS

Presidente da Fundação João Goulart, Gestora Pública, Geógrafa, especialista em Gerenciamento de Projetos, Branding e Economia Comportamental, ex-Passista e Musa Passista da Estação Primeira de Mangueira.

Carxs leitores,

É cada vez mais necessária a leitura da Revista Cidade iNova. Apresentamos edições com minuciosa curadoria, que geram conhecimento e valor público, além da nossa incrível linha editorial que permite ao leitor uma experiência contínua de acesso a importantes eixos temáticos para se fazer Gestão Pública.

Não canso de repetir, a Gestão Pública não é uma entidade mística, isto é, não tem nada de abstrata, tem muito trabalho. Um trabalho que qualifica tanto os nossos servidores quanto os nossos processos e, assim, melhoramos a vida do cidadão carioca. Somos nós, agentes públicos eficientes, decidindo e fazendo escolhas eficazes que denotam a efetividade da Gestão Pública.

Nesta edição, eu não posso deixar de dizer aos queridos leitores: preparem-se! Tirem um tempo para uma leitura contínua e, de quebra e paradoxalmente, aproveitem uma experiência editorial que fala sobre Gestão Pública a partir de várias perspectivas.

Vamos inicialmente falar de práticas que têm em comum o compartilhar. Servidores que se destacam e divulgam seus processos, objetivos e resultados, numa orientação estratégica que nos permitirá inovar e executar com qualidade na administração municipal. Na seção FJG, Flávia Santos faz um valioso texto sobre relacionamento e comunicação na Gestão Pública. A inteligência de dados é papo para a dupla de Líderes Cariocas Sérgio Bastos e Felipe Mandarinho que nos presenteiam, em entrevista, com uma aula sobre cidades inteligentes e cultura de dados como um desafio para se pensar, propor e realizar. Na mesma pegada de compartilhamento, o Projeto Transversal DIGA nos conduz ao tema Linguagem Simples e mostra a jornada carioca para o desenvolvimento desta estratégia.

Os artigos da edição destacam como ferramentas, estratégias e métodos importantes, cada vez mais, para a efetividade do serviço público, pensando em quem faz, os servidores, e quem recebe, os cidadãos. Noemi Lustosa e Erika Marques escrevem sobre a pioneira Política Carioca de Desenvolvimento de Gestores; Marcel Balassiano e Márcio Menezes apostam na discussão sobre implementações recentes na vida do carioca e falam sobre “Ações Emergenciais e Estruturais Visando o Desenvolvimento Econômico do Rio” e Bruno Rosato e Cristiane Amancio nos alertam sobre o Rio como cidade educadora e a importância de se ouvir nossas crianças como compromisso com as infâncias que habitam a cidade do Rio.

Nossos colunistas apresentam reflexões sobre pessoas, projetos e métodos que, aliás, é a tríade que a Fundação João Goulart afirma como investimento em uma Gestão Pública mais efetiva. Vamos falar de poder e colaboração com Jana Libman, novas maneiras de planejamento ambiental com Vladimir da França, enquanto Rosana Motta conecta Gestão e Governança Pública com sistemas de informações urbanas. Muito bom, não é mesmo? Mas ainda tem mais!

Na nossa consistente linha editorial, temos Jessick Trairi, Líder Carioca e Secretária Municipal de Infraestrutura, falando sobre atuar com inovação, transversalidade e economicidade para melhorar a cidade. No nosso queridíssimo CalmaRio, vamos destacar a silenciosa e pequena Praça João Fortes, em Botafogo. Já na seção Tesouros do Rio, os autores Juliana Jabor e Washington Filho escrevem sobre o Sistema de Iluminação Histórica do Rio de Janeiro, a importância de sua recomposição para promover maior sensação de segurança ao carioca.

Como sempre, meus sinceros desejos de boa leitura! Nesta jornada de conhecimento sistêmico sobre Gestão Pública e Rio de Janeiro disponível e gratuito. Por fim, aproveitem! E, não menos importante: Salve a Carioquite!

SUMÁRIO

FALA, FUNDAÇÃO

- 8 **COMUNICAÇÃO É RELACIONAMENTO**
Flávia Santos
- 10 **EU, LÍDER**
Jessick Trairi
- 12 **GTT DIGA**
A busca da linguagem simples na administração pública

BORA NESSA

- 58 **TESOUROS DO RIO**
- 62 **CALMARIO**
- 64 **#FICAADICA**

COLUNAS

- 24 **GESTÃO PÚBLICA, GOVERNANÇA PÚBLICA E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES URBANAS NO CONTEXTO DAS SMART CITIES**
Rosana Motta Gomes
- 56 **REFLEXÕES SOBRE O PODER**
Jana Libman

ENTREVISTA

- 34 **INTELIGÊNCIA DE DADOS NO PODER PÚBLICO: OS DESAFIOS.**
Felipe Mandarinó
Sérgio Bastos

ARTIGOS

- 16 **RIO, CIDADE EDUCADORA: ESCUTA ÀS CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA**
Bruno Rossato
Cristiane Amancio
- 28 **POLÍTICA CARIOCA DE DESENVOLVIMENTO DE GESTORES**
Noemi Lustosa Baptista
Erika Marques
- 42 **AÇÕES EMERGENCIAIS E ESTRUTURAIS VISANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RIO**
Thiago Ramos Dias,
Marcel Grillo Balassiano
Márcio Menezes Lopes
- 50 **PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO**
Vladimir da França Fernandes

FALA, FUNDAÇÃO JOÃO GOULART

FLÁVIA SANTOS

Comunicação e Branding da FJG

COMUNICAÇÃO É RELACIONAMENTO

É possível criar relacionamentos dentro da comunicação?

Estamos o tempo todo nesse universo de nos relacionar: nas amizades, na vida pessoal, nos espaços de trabalho, nas instituições (dentro e fora da administração pública). Além disso, temos na criação de parcerias a chance de agregar valor e construir relacionamentos que podem gerar grandes oportunidades.

Na Gestão Pública parece algo mesmo distante, quase impossível, mas na verdade é possível sim. Philip Kotler, conhecido como o “pai do marketing” trouxe, lá em 2006, que o marketing de relacionamento tem como objetivo desenvolver relações em longo prazo, a fim de satisfazer as necessidades dos clientes, fornecedores e demais públicos envolvidos, desejando assim conquistá-los e mantê-los.

Para isso, é preciso criar estratégias, planejar, testar e elaborar formas de medir depois se funcionou mesmo ou não. Pois você pode até atrair novas relações com o público que deseja, mas é preciso se relacionar com ele de forma que fique interessado no que você fala e consuma de fato aquilo que produz.

Mas na Gestão Pública pode funcionar dessa maneira? Sem dúvidas.

A Fundação João Goulart vem trabalhando a sua comunicação através de metodologias de gestão de marca, ou como gostamos de falar, o branding para políticas públicas, gerando diversas oportunidades de criar relacionamentos com seu público, que vai desde servidores participantes do Programa Líderes Cariocas, Rio Liderança Feminina, Gestores Públicos da administração municipal, órgãos até o cidadão carioca. E como seremos percebidos é de grande importância para a marca FJG, pois nossas ações passam pela intencionalidade, execuções inovadoras e criatividade aplicada.

Estamos a todo momento nos relacionando com eles de diversas formas e canais, criando assim um interesse a respeito dos trabalhos entregues para a Cidade do Rio de Janeiro. Não há outra maneira de falar das nossas entregas sem passar pela comunicação. E através dela geramos relacionamento, disseminamos nossa marca dentro da Gestão Pública, atraímos o público e nos tornamos referência à medida que percebem a qualidade dos projetos e o protagonismo dentro da Prefeitura do Rio.

Então sim, comunicação é relacionamento, e precisa ser constantemente trabalhada. A Fundação João Goulart tem a Gestão Pública como causa e a comunicação é uma das formas que apresentamos nosso compromisso. O público está em contato conosco através dos nossos canais, que têm as ferramentas necessárias para estreitar a relação e colocar a estratégia de comunicação em prática.

Trazer Kotler para a Gestão Pública é tão possível como ter a Fundação João Goulart se relacionando através da comunicação e gerando resultados para a administração pública carioca. Esse é o caminho!

EU, LÍDER

LIDERAR
E SERVIR
ESTA CIDADE
MARAVILHOSA

JESSICK TRAIRI

Ocupar o cargo de Secretária Municipal de Infraestrutura é uma tarefa de muita responsabilidade, porém motivadora. Neste posto, posso contribuir para a melhoria na qualidade de vida das pessoas, assim como o Programa Líderes Cariocas, que possibilita aos servidores ocuparem cargos de liderança de forma qualificada. Como servidora municipal e líder carioca, são 17 anos de dedicação e muito estudo em cursos preparatórios com foco em liderança.

Incentivo a todos os servidores municipais a participar do Programa Líderes Cariocas, um marco na Administração Pública Municipal. Acredito que, por meio dos líderes formados, possamos realizar uma gestão dos talentos internos, aumentando a nossa capacidade de enfrentar desafios relevantes para o governo e gerenciar problemas municipais de maneira efetiva, otimizando recursos públicos e elevando o desempenho da Prefeitura a um novo patamar.

Iniciei minha trajetória no programa em 2012, quando foi criado. Em 2014, tive uma das minhas maiores experiências como Líder Carioca ao cursar Gestão Executiva, na Columbia University, em Nova Iorque. Nesses 10 anos, já participei de diversos treinamentos e cursos, o que fez aperfeiçoar minhas habilidades e atingir objetivos cada vez mais desafiadores.

Na atual gestão, comecei como subsecretária de Infraestrutura e me orgulho muito em dizer que fui a primeira mulher a ocupar esse cargo. Foram inúmeros os passos até chegar à Prefeitura do Rio. Dei início à minha trajetória profissional como estagiária na iniciativa privada, já no ramo da construção civil. Formei-me em Engenharia Civil e fiz pós-graduação em Administração Pública e Gestão Governamental. Ao longo dos anos de vida pública, participei ativamente da preparação do Rio para receber a FIFA World Cup e os Jogos Olímpicos de 2016.

Após 13 anos na secretaria de Obras, onde trabalhei a maior parte do tempo na Coordenadoria Geral de Projetos, chegando ao cargo de assessora especial com a missão de elaborar e implantar o modelo de gestão no órgão, percebi a necessidade de buscar experiência em outras secretarias. Em 2018, atuei na Secretaria Municipal de Fazenda na estruturação do gabinete da recém-criada Secretaria de Licenciamento, Fiscalização e Controle Urbano, e, com isso, participei do planejamento e fiscalização de grandes eventos: dentre eles o Carnaval e o Rock in Rio.

No serviço público, dediquei e me dedico, trabalhei e trabalho muito, vivi e vivo momentos incríveis, participei e participo de projetos grandiosos e aprendi que sempre podemos e devemos fazer mais e melhor! Buscamos incansavelmente a melhoria na prestação de serviços e na elaboração e implementação de políticas públicas para o cidadão, a partir da tomada de decisão de lideranças qualificadas, bem como o gerenciamento e criação de projetos que mudem a vida na cidade do Rio de Janeiro.

Estar no cargo de Secretária Municipal de Infraestrutura traz o peso da responsabilidade nas minhas decisões, mas também possibilita atuar com inovação, transversalidade e economicidade para os cofres públicos.

GTT

DIGA

A BUSCA PELA LINGUAGEM SIMPLES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Integrantes do GTT:

Alexandre Cherman

FJG

Ana Lúcia Peixoto

SMPD

Diego Ferreira dos Santos

COMLURB

Patrícia Hartmann Bruno

Rio-Urbe

Selma Martins Farias

SME

A Linguagem Simples é um conjunto de práticas e técnicas que auxiliam a produção de textos fáceis de ler e acessíveis ao seu público alvo. Ao mesmo tempo é uma causa social, pois visa assegurar uma comunicação mais democrática garantindo o direito das pessoas ao acesso à informação.

(Pausa para um comentário: numa versão inicial desse texto, escrevemos "Concomitantemente, é uma causa social...". Quer coisa MENOS SIMPLES do que o advérbio "concomitantemente"?!? Mudamos logo para a expressão "ao mesmo tempo"...)

A comunicação entre duas partes (pessoas, instituições, países) só é eficiente quando quem fala se faz entender por quem ouve. Com isso em mente, há um movimento mundial que defende um jeito claro, direto e preciso de comunicação. Isso é a Linguagem Simples.

Essa eficiência na comunicação é especialmente importante quando o diálogo acontece entre o Poder Público e o Cidadão. Você, que mora no Rio, tem

o direito de entender o que a Prefeitura está falando. E a Prefeitura tem o dever de se comunicar bem, para não deixar ninguém pra trás.

(Pausa para outro comentário: poderíamos ter escrito "A Prefeitura tem o dever de se comunicar bem, para não alienar seus cidadãos." Mas provavelmente o próprio verbo "alienar" já alienasse alguém. Então, vamos de "não deixar ninguém pra trás"!)

Entre o direito do Cidadão e o dever da Prefeitura, encontramos a necessidade da Linguagem Simples nas comunicações oficiais. E foi essa a sementinha que deu origem ao GTT DIGA.

DIGA é uma sigla e quer dizer "Direito à Inclusão; Garantia de Acessibilidade". Em 5/8/2021, iniciamos as atividades deste GTT, a fim de pesquisar e de propor estratégias que facilitassem a comunicação da Prefeitura Rio com a população adotando a Linguagem Simples.

O GTT foi formado pelos servidores Alexandre Cherman (Fundação João

Goulart), Ana Lúcia Peixoto (Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência), Diego Ferreira dos Santos (Companhia de Limpeza Urbana), Patrícia Hartmann Bruno (Empresa Municipal De Urbanização) e Selma Martins Farias (Secretaria Municipal de Educação). O cliente foi a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD). E a Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública (SEGOVI) colaborou de forma importante para o desenvolvimento do trabalho.

Esse GTT abraçou o conceito de Linguagem Simples e se mostrou consciente quanto à necessidade de repensar a comunicação com a população, tornando as mensagens claras e de fácil entendimento para todos os públicos. Ou, usando a própria Linguagem Simples para dizer isso: "As pessoas vão entender melhor o que a Prefeitura do Rio vai dizer."

Fizemos isso em etapas; tudo começou com a capacitação dos próprios membros do GTT. Alguns (antes mesmo de existir o GTT) haviam feito o curso de Linguagem Simples oferecido pela Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento, da Fundação João Goulart. Outros, estudaram por conta própria, em um excelente curso, gratuito e online, da ENAP.

A segunda fase foi ver o que já existia pelo Brasil: projetos implementados, leis, boas práticas... é o famoso benchmarking, mas benchmarking não faz parte do vocabulário da Linguagem Simples, não é?

As duas fases iniciais convergiram para uma oficina de Linguagem Simples oferecida aos ouvidores da SEGOVI e, finalmente, chegamos ao nosso produto final: um pequeno manual de boas práticas sobre Linguagem Simples, que foi entregue ao nosso cliente, a SMPD.

Os próximos passos não são mais nossos, são de todos. Espalhar a ideia da Linguagem Simples por toda a Prefeitura, fazendo com que os servidores a abracem, praticando uma comunicação direta e objetiva não somente entre si, mas principalmente com o Cidadão.

A Prefeitura do Rio, por meio das atividades desenvolvidas pelo DIGA, pode identificar oportunidades de melhoria em sua comunicação direta com a população, implementando mudanças que tragam impacto positivo, tanto para a própria prefeitura quanto para a população.

CONHEÇA AS
HISTÓRIAS DE
MULHERES INCRÍVEIS
E OS SEUS PERFIS DE
LIDERANÇA



agenda
MulherRio

RIO, CIDADE EDUCADORA: ESCUTA ÀS CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

BRUNO ROSSATO (AUTOR)

Pedagogo; Doutorando e Mestre em Educação pela UERJ; Especialista em Gestão e Planejamento da Educação pela UERJ e em Gênero e Diversidade pela UFF. Servidor municipal há 10 anos, atualmente é Gerente de Intersectorialidade na SME-Rio.

CRISTIANE AMANCIO (COAUTORA)

Pedagoga; Mestranda em Educação pela UERJ. Especialista em: Educação Infantil; Psicopedagogia e Gestão Escolar pela UCAM. Servidora municipal há 19 anos, atualmente é Assistente na Gerência de Intersectorialidade na SME-Rio.

A Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenadoria da Primeira Infância, criou, em 2021, a Gerência de Intersectorialidade (GIN). Trata-se de uma ação inédita no Rio de Janeiro, uma cidade que lança marcas positivas a outras cidades/estados ao reafirmar a importância de ações intersectoriais na Primeira Infância. Tal premissa é convergente com um conglomerado de legislações, desde a Constituição Federal de 1988, culminando – em âmbito federal – na lei 13.257/2016 que institui o “Marco Legal da Primeira Infância”. No caso do município do Rio, vislumbramos um plano estratégico (2021) totalmente alinhado para escuta e participação infantil, bem como uma iniciativa estratégica específica para a Primeira Infância Carioca.

ARTIGO

Hora das Crianças: escuta às narrativas infantis

A *Semana da Educação Infantil* – SEI é um período dedicado a ações que promovam a valorização da etapa da Educação Infantil e do seu público alvo – crianças na primeira infância – e as suas especificidades nos modos de ser-estar-significar o mundo. Ela foi instituída pela Lei Federal Nº 12.602/2012 e deve acontecer, anualmente, na semana que compreende a data de 25 de agosto, onde se comemora o Dia Nacional da Educação Infantil, em homenagem a Zilda Arns. Seu objetivo principal é promover a conscientização da sociedade a respeito do direito fundamental das crianças ao acesso e à vivência de uma Educação Infantil com qualidade. Durante a Semana da Educação Infantil (SEI), data que marca o calendário da Educação Infantil no Rio de Janeiro, a GIN lançou o “Podcast de Criança” (1) – materiais audiovisuais no qual as crianças pequenas compartilham o que pensam sobre o bairro, família, escola e brincar.

A Semana da Educação Infantil de 2021 nos propôs buscar questionar/desvendar, conforme o autor Jorge Larrosa define, o *enigma da infância*. Muito falamos sobre as crianças, muito pensamos sobre elas, contudo, o que pensam as crianças? O que dizem as crian-

1. Os materiais ficam disponíveis no site da empresa municipal Multirio.

2. Coordenadoria Regional de Educação. Órgão intermediário no âmbito da Secretaria Municipal de Educação



Figura 1: Um dos banners da ação “Podcast de Criança”.

ças? Estamos atentos aos processos de escuta às infâncias da nossa rede? O que nós, profissionais, fazemos a partir das narrativas das crianças?

Inspirados na iniciativa “*Vamos Brincar!*”, da Sésamo Brasil, em parceria com a SME-Rio algumas Unidades Escolares que integram os programas *Territórios Sociais* e/ou *Acesso Mais Seguro*, e se encontram em áreas de vulnerabilidade social, criaram o “Podcast de Criança”. Os podcasts, que são acompanhados de um registro em forma de desenho, foram “colhidos” nas 11 CREs (2) e disponibilizados por meio das mídias sociais da Multirio.

O engajamento nos territórios, ao longo da SEI, foram primordiais para que as escolas de Educação Infantil mobilizassem suas redes de parcerias em equipamentos de seus territórios, numa atuação intersetorial. Por exemplo, algumas escolas criaram um festival digital com os registros das crianças e divulgaram em suas redes sociais, bem como aos parceiros dos territórios da comunidade escolar. Além disso, contaram com a mobilização de outros parceiros: CRAS, Clínica da Família, Conselho Tutelar, dentre outros equipamentos locais que fortaleceram a visibilidade ao que as crianças têm a dizer sobre temas primordiais aos territórios. Sendo assim, as crianças, com a mediação dos profissionais, fizeram a apreciação desses podcasts ao longo da semana. Os professores ampliaram essa modalidade de apreciação de narrativas trazendo elementos disparadores para a criação de novas narrativas, envolvendo as temáticas citadas acima.

ARTIGO

Tais materiais circularam – de modo online – em todas as Unidades Escolares de Educação Infantil da Rede Municipal, que expandiram os podcasts em seus territórios, fortalecendo as narrativas infantis para além dos muros da escola. Esse movimento se deu durante toda a SEI. Além desta particularidade, do mesmo ter acontecido de forma online, os podcasts contaram com uma exposição itinerante que foi iniciada no prédio do CASS, na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Após a SEI, esses materiais ocuparam diferentes espaços educacionais: em nível regional – as Coordenadorias Regionais de Educação - e outros espaços.



Figuras 2 e 3: Exposição "Podcast de Criança" em diferentes espaços públicos (CASS e 6ª CRE).

A intenção da Gerência de Intersectorialidade é que as vozes das crianças sejam ouvidas no seu sentido mais pleno, tornando suas narrativas visíveis e acolhidas para o planejamento de políticas públicas. Nesse sentido, a intenção da GIN é a contextualização das práticas pedagógicas que convida a comunidade escolar a produzir conhecimentos e a desenvolver ações intersectoriais com a perspectiva de ocasionar o impacto nas políticas públicas da cidade, entendendo que a Primeira Infância é uma etapa decisiva no desenvolvimento dos territórios e, conseqüentemente, da cidade. Sendo assim, temos a compreensão de que essa etapa é decisiva no tempo presente, no hoje.

Infância e território: Rio, cidade educadora

O grande desafio que se coloca é a conscientização nas pessoas de que precisamos acompanhar/monitorar como as infâncias cariocas circulam por esta cidade, em diferentes espaços, e o que esses espaços têm a oferecer às infâncias, assim como o que as crianças pensam sobre esses espaços.

Desta maneira, compreendemos que a escola pode potencializar esses saberes e mediar o fortalecimento das infâncias nos territórios, entendendo a criança como parte da população, e os diversos territórios como parte da cidade. E que ambos estão carregados de produção de saberes e culturas.

Algumas considerações

Entendemos que uma sociedade democrática e justa passe, necessariamente, por uma cidade que tenha uma percepção diferenciada para as crianças nas suas singularidades, nas suas potencialidades e nas suas urgências.

O MAIOR INVESTIMENTO DA HISTÓRIA!

**Mais de 110 milhões
de investimento em
obras de drenagem e
contenção de encostas.**

**48 obras finalizadas
de 2021 até
abril de 2022.**

**33 obras simultâneas
em andamento.**



**GEO-RIO HÁ 56 ANOS
PROTEGENDO OS CARIOCAS.**

A Gerência de Intersetorialidade vislumbra que as crianças pequenas sejam ouvidas, tenham suas falas acolhidas e legitimadas na participação efetiva do planejamento de políticas públicas, entendendo essa participação não como concessão, mas como direito. Que tenhamos uma cidade educadora que potencializa as narrativas infantis em prol do compromisso inegociável com as infâncias que habitam esta cidade.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016. Estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância. Brasília, DF: MEC/SEB, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm Acesso em: 17 jan. 2022.

COMERLATTO, Dunia et al. Gestão de políticas públicas e interseccionalidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. Revista Katálysis (online). 2007, vol. 10, n.2, pp. 265-271.

RIO DE JANEIRO. Um plano para retomada do futuro do Rio – plano estratégico 2021-2024. 2021. Documento institucional. Disponível em: <https://plano-estrategico-2021-a-2024-pcrj.hub.arcgis.com/> Acesso em: 03 jan 2022

COLUNA

ROSANA MOTTA GOMES

Arquiteta e Urbanista da Prefeitura da cidade do Rio, Perita Judicial em avaliação de imóveis, pós-graduada em Administração Pública, lotada no Instituto Pereira Passos na Gerência de Estudos Ambientais e das Mudanças Climáticas.

GESTÃO PÚBLICA, GOVERNANÇA PÚBLICA E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES URBANAS NO CONTEXTO DAS *SMART CITIES*

Conceitualmente, Gestão Pública é um conjunto de ações executadas pelos responsáveis por órgãos públicos no exercício de suas funções, especialmente no tocante à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, entendidas como a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (CALDAS *et al.*, 2008).

Para Acioly (1998), a Gestão Urbana pode ser definida como um conjunto de instrumentos, atividades, tarefas e funções que objetivam assegurar o bom funcionamento de uma cidade. Ela visa a garantir não somente a administração da cidade, como também a oferta dos serviços urbanos básicos e necessários para que a população e os vários agentes privados, públicos e comunitários, muitas vezes com interesses diametralmente opostos, possam desenvolver e maximizar suas vocações de forma harmoniosa.

O Decreto 9.203/2017 (BRASIL, 2017), define governança pública como “o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. O art. 3º desse mesmo decreto define os princípios da governança pública organizacional, que são: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas, responsabilidade e transparência.

Em constante mutação, as cidades possuem grandes desafios em torno das propostas e soluções para os problemas apontados em seu território, sendo essencial a análise das relações entre os cidadãos, serviços, políticas de saúde, educação, transporte, energia e meio ambiente, entre outras, e seus respectivos impactos na esfera geográfica mais ampla da cidade. Nesse contexto, os sistemas de informações urbanas tornam-se ferramentas imprescindíveis para o planejamento urbano sustentável.

Sabe-se que os sistemas de informações urbanas se impõem pela dinâmica das transformações nas cidades, pela

crescente complexidade da gestão das metrópoles contemporâneas e pelo movimento permanente das rápidas substituições e interações. Tais fatos exigem que a administração pública repense seus processos organizacionais em busca de informações que garantam eficiência e eficácia dos seus gestores e deem suporte aos planejamentos estratégicos adequados.

Os sistemas de informações garantem uma boa governança pública e oferecem possibilidades de construções coletivas do conhecimento apoiadas em base de dados geográficos, elevando o nível de consciência espacial e a introdução de novos fluxos de trabalho, além de permitir uma maior integração entre os órgãos públicos. Os sistemas de informações urbanas são ferramentas estratégicas que viabilizam maior integração entre os diferentes órgãos das esferas de governo, visando o aperfeiçoamento da produção de dados e informações, melhorias nas análises espaciais e estatísticas, diagnósticos mais precisos, projeções de desempenho, monitoramento e avaliação de planos e projetos com transparência e efetividade.

Ressalte-se que administradores públicos utilizam técnicas inovadoras para solucionar os problemas apontados nos diagnósticos locais, incluindo o processo participativo do cidadão na gestão, facilitando o acesso a dados abertos e plataformas colaborativas, possibilitando articulação e diálogo entre os setores, e a aproximação da organização com a sociedade civil, contribuindo de forma significativa para o urbanismo democrático e a democracia participativa para elencar os programas e as ações prioritárias, seja no âmbito dos Estados ou dos municípios.

Sendo assim, a Gestão Pública contemporânea tende a ser cada vez mais participativa, horizontal e integrada, tendo como aliadas ferramentas estratégicas e sistemas de informações com capacidade de gerar dados relevantes para a tomada de decisão de seus gestores de forma ágil e eficiente, e auditável.

Apenas a combinação de sistemas de informação com o conceito das *Smart Cities* (Cidades Inteligentes) pode contribuir com a complexidade do processo de planejamento, ordenação do território municipal, articulação de políticas públicas de ordenamento, planejamento e gestão do terri-

tório municipal e, ainda mais importante, fornecer as bases para uma boa governança pública, ao disponibilizar dados urbanos para os cidadãos, diminuindo ou idealmente eliminando a assimetria de informações entre os gestores e os cidadãos-usuários-proprietários das cidades.

Adicionalmente, o controle de gastos, o planejamento contínuo e integrado das ações governamentais e a garantia de qualidade da ambiência urbana, entre outros, também se ressentem de uma grande quantidade de informações que hoje só podem ser viabilizadas por sistemas de informação implantados dentro do conceito de cidades inteligentes.

Ressalta-se que tecnologias como mapeamento digital, com imagens de satélite para o mapeamento da cidade, são fundamentais para o controle urbano e ambiental, com monitoramento de áreas de ocupação formal e informal, e para atualização das aplicações tributárias; para implementação de novos processos de captação de dados, com aplicativos mobile e cadastros de vistoria. Estudos setoriais e diagnósticos advindos desses resultados possibilitarão novas estratégias urbanísticas e o rearranjo das políticas públicas da cidade.

POLÍTICA CARIOCA DE DESENVOLVIMENTO DE GESTORES

AUTORAS

Noemi Lustosa Baptista

Psicóloga, especialista em Gestão de Pessoas e Coordenadora de Capacitação e Desenvolvimento da Fundação João Goulart

Erika Marques

Geógrafa, internacionalista, mestranda de Gestão e Políticas Públicas e Ex-Assessora da Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento da Fundação João Goulart.

Gestão de Pessoas é o gerenciamento do componente humano nas organizações e a Fundação João Goulart está cada vez mais investindo nesse capital humano, para que os gestores e Líderes Cariocas se tornem parceiros institucionais e fornecedores de competências, fortalecendo o papel do servidor como capital intelectual crucial na Era do Conhecimento.

Em 2021 a Fundação João Goulart (FJG) implementou a estratégia gerencial de reestruturação dos seus produtos e serviços tendo como base pessoas, métodos e projetos. A ênfase em pessoas é parte da transformação que o mundo e a Gestão Pública vêm demandando, disseminando ética, integridade, colaboração e desenvolvimento de *soft skills* de forma a promover inovações, alcançar as metas definidas e oferecer respostas integradas para os desafios da cidade do Rio de Janeiro, garantindo o bem-estar da população carioca.

ARTIGO

Sendo assim, a Política Carioca de Desenvolvimento de Gestores foi elaborada a partir desse direcionamento e lançada através da PORTARIA "N" FP/SUBPAR/FJG nº 106 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 para ser uma ferramenta de Gestão de Pessoas, orientando as atividades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de capacitação de gestores e Líderes Cariocas, permitindo o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de novos conhecimentos, habilidades e atitudes em gestão e liderança.

Definimos os objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos da Política considerando o contexto em que estamos inseridos e no qual precisamos lidar com desafios complexos multidimensionais, que demandam ações conjuntas e intersetoriais e a necessidade de alcançarmos um modelo de Gestão Pública mais eficiente, eficaz e participativo, o qual promova a integração das políticas, a colaboração interorganizacional e a construção de redes com a multiplicidade de atores. Além disso, consideramos o desenvolvimento de gestores públicos como uma das questões prioritárias na estratégia das organizações públicas, assim como da Fundação João Goulart.

A Política estabelece dois importantes instrumentos para Gestão de Pessoas: a Matriz de Competências Essenciais do Gestor Carioca e o Portfólio de Capacitação e Desenvolvimento dos Gestores Cariocas. A Matriz de Competências Essenciais do Gestor Carioca (Figura 1) é o instrumento que aponta quais são os conhecimentos, habilidades e atitudes que deverão ser desenvolvidos nos gestores municipais e Líderes Cariocas e orienta a criação de todas as ações de capacitação oferecidas pela FJG.

Ela, além de direcionar a capacitação e o desenvolvimento dos gestores e Líderes Cariocas e seus programas de formação, define parâmetros nos processos seletivos, nas avaliações de desempenho e em outros processos relacionados, estabelecendo uma metodologia estruturante para o sistema de Gestão de Pessoas da FJG, seus produtos e serviços.



Figura 1

Foram definidas cinco competências essenciais de gestão (compromisso público, inovação, liderança colaborativa, resiliência e visão estratégica) e 76 atributos de conhecimentos, habilidades e atitudes. Para essa definição, partimos dos objetivos e princípios delineados na Política e, principalmente, do entendimento que o desenvolvimento de competências comportamentais é essencial, assim como a condição para termos gestores e líderes preparados para lidar com a complexidade dos desafios da atualidade e apropriados do seu papel de líderes orientados para a transformação positiva da Cidade do Rio de Janeiro e a serviço do cidadão carioca.

ARTIGO

O Portfólio (Figura 2) é um conjunto de programas de capacitação e desenvolvimento, destinados aos ocupantes de cargos de direção no nível estratégico e tático do Município do Rio de Janeiro, bem como de futuros sucessores e Líderes Cariocas. Com este instrumento é possível trazer a transparência sobre os principais produtos e serviços da Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento da FJG tendo em vista a utilização e destinação dos recursos orçamentários e financeiros consonantes com o cumprimento da meta estipulada no Plano Estra-



Figura 2

tégico Rio 2021-2024 de “realizar 5000 capacitações de servidoras e servidores públicos e formar 200 novos Líderes Cariocas até 2024”.

Para a criação dos programas, tivemos como base a Matriz de Competências Essenciais do Gestor Carioca e delimitamos quatro categorias para o Portfólio (Gestão Básica, Aprimoramento em Gestão, Gestão e Transversalidade e Liderança Carioca) de acordo com os públicos beneficiários, tipos de competências trabalhadas, nível de aprofundamento e reforçando o princípio de *lifelong learning*. Definimos que as capacitações tenham uma abordagem participativa com foco na experiência colaborativa considerando a história de cada um e os aprendizados adquiridos ao longo da vida.

Pode-se dizer que a gestão de pessoas é influenciada por fatores externos (política, economia, mudanças tecnológicas) e internos (estrutura hierárquica, cultura organizacional, recursos disponíveis, estilo de gestão) e, conseqüentemente, tais aspectos foram considerados no desenho e na implementação da Política Carioca de Desenvolvimento de Gestores de forma a mantê-la inovadora e atualizada, garantir o alcance dos objetivos e alavancar a comunicação entre os gestores das diferentes unidades administrativas, viabilizando uma rede de apoio para a melhor tomada de decisão.

Em suma, ao mesmo tempo em que a Política Carioca de Desenvolvimento de Gestores subsidia a Prefeitura a alcançar seus objetivos, incentiva o seu público beneficiário a alcançar os seus próprios, em uma função que permita a colaboração efetiva entre as pessoas e na organização em prol do sucesso das políticas públicas para a população carioca.

Para conhecer em detalhes a Política Carioca de Desenvolvimento de Gestores acesse o link: <https://fjg.prefeitura.rio/>

ENTREVISTA

INTELIGÊNCIA DE
DADOS NO PODER
PÚBLICO: OS
DESAFIOS.**FELIPE MANDARINO****SÉRGIO BASTOS**

Coordenador técnico de Informações da Cidade no Instituto Pereira Passos (IPP). Geógrafo, atua no IPP desde 2008. Tem experiência em sistemas de informações geográficas, gestão de dados e informações e ciência das mudanças climáticas.

Coordenador de Dados e Comportamento na Fundação João Goulart. Tem 32 anos de Prefeitura, é licenciado em Física, Engenheiro de Produção, com mestrado em Engenharia Mecânica e Doutorado em Engenharia de Produção e Líder Carioca Alumni. Vencedor do Prêmio Espírito Público em 2020.

A sociedade dos dados está posta. Nossa realidade é profundamente afetada pela imensa capacidade de acumulação e tratamento de dados advindos da nova capacidade de computação e seus subprodutos como Big Data e Inteligência Artificial.

Para além das preocupações de Byung-Chul Han com as repercussões do que chama de dataísmo, dos excessos causados pela tomada de decisão baseada exclusivamente em ferramentas computacionais, dos avisos de Elon Musk sobre o desafio da inteligência artificial e de toda a sorte de distopias possíveis, é necessário que o poder público,

em todas as suas esferas, esteja preparado para a realidade das potencialidades e desafios dessa sociedade informacional.

Mas como viabilizar políticas públicas eficientes a partir da imensidade de informações geradas por seus diferentes entes? Como construir as informações necessárias para entregar o melhor resultado para a sociedade? Cidade Inova entrevistou dois gestores, que são servidores de carreira com muitos anos de experiência na Prefeitura do Rio de Janeiro, para entender, à luz de suas trajetórias, sobre os desafios da construção de uma cultura de inteligência de dados na administração pública municipal.

ENTREVISTA

Sergio Bastos está como coordenador de Dados e Comportamento na Fundação João Goulart (FJG) e liderança técnica do Lab.Faz e Felipe Mandarino está como coordenador técnico de Informações da Cidade no Instituto Pereira Passos (IPP). São, portanto, dois servidores em cargos de gestão importantes no ecossistema da inteligência de dados, na esfera municipal.

OS PAPEIS DA FJG E DO IPP NA CULTURA DE INTELIGÊNCIA DE DADOS NO RIO

Para facilitar a compreensão do ponto de vista, a partir do qual os dois entrevistados fazem suas discussões acerca da temática abordada nesta entrevista, Cidade iNova perguntou como seus órgãos trabalham para que a Prefeitura do Rio potencialize suas políticas públicas a partir de dados e evidências.

Neste sentido, Sergio Bastos (SB) explicou que “a FJG tem uma coordenação específica para tratar e analisar dados: Coordenação de Dados e Comportamento, que gerencia a NudgeRio e apoia o Lab.Faz”. Explica ainda que a “NudgeRio, a primeira unidade de nudge em governos no Brasil analisa a variável Comportamento, realizando incentivos comportamentais para que os cidadãos acessem melhor os serviços públicos. Os potenciais dos ‘experimentos’ nudge são confirmados através de dados e evidências estatísticas das análises dos dados gerados nos projetos”. Por sua vez, “o Lab.Faz é um laboratório de inteligência e inovação fazendária, responsável por análises e estudos de impacto para as políticas públicas que passam a ser adotadas a partir da avaliação de dados, cenários e previsões municipais”.

Já Felipe Mandarino explica que “o IPP atua como órgão central para coleta, gestão e disponibilização de dados da PCRJ há décadas”. Mais recentemente, “desde 2014, o Instituto vem reforçando essa linha de atuação através do SIURB - Sistema Municipal de Informações Urbanas” e do SIURB Lab, “área responsável por capacitar servidores e co-desenvolver soluções baseadas em dados, sempre buscando permitir aos diversos setores que tenham autonomia na gestão de suas bases de dados”.

FM acrescenta, ainda, que o “Instituto trabalha na elaboração, atualização e disponibilização de diversas bases de dados e indicadores” para tomada de decisões. Neste sentido, destaca: toda a base de dados geográfica cadastral do município, disponibilizada via SIURB e para a população como um todo via DATA.RIO, e indicadores como o monitoramento das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e o Índice de Progresso Social (IPS). Por fim, “a avaliação de impacto de projetos como o PROAP - Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro também fazem parte da rotina do IPP”.

INTELIGÊNCIA DE DADOS E CIDADES INTELIGENTES

Cidade iNova já publicou, em edição anterior, uma entrevista sobre Cidades Inteligentes e agora publica sobre Inteligência de Dados, de forma que perguntamos aos entrevistados como esses conceitos se relacionam.

ENTREVISTA

Para FM, “a gestão de uma Cidade Inteligente precisa necessariamente passar por um processo de coleta, estruturação, disponibilização, análise e revisão de dados e suas fontes, para que possa ser feita de acordo com as melhores evidências e práticas de transparência e comunicação”.

SB cita a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, que define cidade inteligente como “cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural. Assim, atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede; promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação”. Dentro desta definição, SB destaca a transformação digital sustentável e a utilização de tecnologias de suporte. “Aqui na Prefeitura temos uma subsecretaria dedicada ao tema da Transformação Digital e temos também o Centro de Operações Rio, que aplica as tecnologias de informação e comunicação no gerenciamento operacional de Cidade”.

DESAFIOS EM SE TRABALHAR COM CIÊNCIA DE DADOS NA PREFEITURA DO RIO

Organizações públicas tradicionais e muito grandes lidam com diversos desafios nesta área. Os dois entrevistados convergiram para um mesmo ponto: mão de obra especializada. Como

aponta SB, “não existe essa carreira na Prefeitura” e, assim, “as pessoas que desenvolvem projetos nessa área ou são contratadas com função gratificada ou são funcionários de carreira que se dedicaram a desenvolver essas competências”. Vale acrescentar o ponto de FM quanto ao desafio de se ter pessoal para trabalhar “de forma autônoma e integrada, pois ferramentas existem diversas, porém precisamos de pessoal capacitado para trabalhar com elas e até desenvolver outras”.

FM, no entanto, aponta como o principal desafio a mudança de cultura, embora afirme que “hoje notamos importantes avanços nesse sentido, com o corpo técnico e gestores da Prefeitura cada vez mais buscando construir evidências robustas para a tomada de decisão”. Isso se relaciona também a outro ponto abordado por SB, quanto ao acesso aos dados, “pois como ainda não solidificamos uma cultura organizacional voltada para dados, encontramos barreiras de acesso. Se até mesmo dentro do próprio órgão é complicado o acesso, imagine ‘cruzar’ dados de diversas secretarias”.

A NECESSIDADE DE SE POPULARIZAR A CIÊNCIA DE DADOS

Dada esta dificuldade de se ter profissionais para trabalhar nesta área e dos obstáculos para mudança cultural, se faz necessário, dado o cenário da sociedade do conhecimento, se popularizar a ciência de dados. Em um país como o Brasil, isso certamente não é tarefa trivial.

Os dois entrevistados concordam que se trata de uma ciência ainda recente e incipiente na sociedade como um todo e especificamente em governos. Para FM, uma barreira para a popula-

ENTREVISTA

rização é que “a ciência de dados usa, muitas vezes, métodos e ferramentas tecnicamente complexos, que precisam ser traduzidos para o público em geral, através de ferramentas claras de comunicação”. SB é da opinião de que “antes de qualquer movimento para popularizar a ciência de dados para os cidadãos comuns, devemos iniciar esse movimento com os funcionários da própria Prefeitura, através de Seminários, Congressos, hackathons e mini cursos internos”. Este movimento poderia colaborar, portanto, na desmistificação da ciência de dados, pois, segundo FM, é um conceito que “gera reações mistas por se vestir de uma complexidade maior do que aparenta ter”.

A DIFICULDADE DE RECRUTAR PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA O SERVIÇO PÚBLICO

O Brasil tem uma defasagem de 200 mil profissionais na área de dados e programação. Os salários pagos até para profissionais medianos e em início de carreira nesta área são altíssimos. Neste cenário, como atrair bons profissionais para atuar com ciência de dados no serviço público?

SB argumenta que uma possível solução seria a criação de uma carreira de Cientista de Dados nos quadros da Prefeitura, preenchida por concurso público. Para ele, o serviço público poderia pagar “um pouco menos que o mercado, mas os concursados ganhariam a estabilidade de seus empregos e um plano de carreira e teriam a missão de organizar setores descentralizados nos principais órgãos”

FM, por sua vez, embora não fale em concurso público de forma específica, argumenta que para atrair estes profissionais é necessário “dar visão de construção de uma carreira sólida com oportunidades relevantes de impacto social e ambiental, engajamento profissional e valorização financeira no curto, médio e longo prazo” atuando em uma organização como a Prefeitura do Rio de Janeiro.

A PREFEITURA COMO MOTOR PARA GERAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS NO FUTURO

Um ponto interessante abordado por SB, ainda sobre a questão da defasagem de profissionais de ciências de dados no Brasil e considerando que a Prefeitura do Rio tem a maior rede de escolas municipais da América Latina, é o assunto de como fazer com que alunos e alunas se interessem e se capacitem para trabalhar nessa área. Ele sugere que a Secretaria Municipal de Educação crie também um “concurso específico para professor de ciência de dados e programação, com o objetivo de incluir no currículo dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental aulas dessas matérias”. SB, que tem anos de experiência como docente na rede municipal de ensino, também vê como possibilidade a criação de “diversos ginásios experimentais específicos com o mesmo enfoque do GET Elza Soares (Ginásio Experimental Tecnológico)”. Uma última abordagem sugerida por SB é a criação de equipes itinerantes “cuja função seria ir às escolas para divulgar e sortear cursos de formação na área e a capacitação poderia ser oferecida em parceria com o SENAI e outros grandes players da área tecnológica”.

AÇÕES EMERGENCIAIS E ESTRUTURAIS VISANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RIO

AUTORES

THIAGO RAMOS DIAS

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação

MARCEL GRILLO BALASSIANO

Subsecretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação/SMDEIS

MÁRCIO MENEZES LOPES

Chefe de gabinete da SMDEIS

O cenário econômico encontrado pela atual gestão do Prefeito Eduardo Paes, em janeiro de 2021, deixava evidente a necessidade de ações rápidas e contundentes para salvar a economia carioca e colocar o Rio novamente no rumo do desenvolvimento

Nesse período, diversas iniciativas emergenciais foram tomadas visando minimizar os impactos econômicos da crise, além das ações estruturais com foco no desenvolvimento de médio e longo prazo. Os resultados dessas iniciativas já podem ser sentidos na retomada da economia como, por exemplo, na recuperação de todos os empregos formais perdidos com a crise sanitária.

ARTIGO

De acordo com o Indicador de Atividade Econômica do Rio (IAE-Rio), elaborado pela SMDEIS, nossa economia cresceu 5,4% em 2021, após recuar 3,8% em 2020. Ou seja, em 2021, a economia da capital fluminense recuperou todas as perdas da recessão de 2020. No final de 2021, a atividade econômica do Rio estava 2,6% acima do nível de dois anos antes (dezembro de 2019), no período pré-pandemia. Esses dados podem ser encontrados no Boletim Econômico do Rio (1), publicação mensal da SMDEIS sobre a economia carioca, com todas as suas edições disponíveis no Observatório Econômico do Rio.

Sobre a geração de empregos formais, analisando os dados do CAGED, divulgados pelo Ministério do Trabalho, o Rio alcançou, em março de 2022, a marca de 103,8 mil empregos gerados na atual gestão do Prefeito Eduardo Paes. Um mês antes, em fevereiro, a cidade já tinha recuperado todos os empregos formais perdidos com a pandemia (entre março e agosto de 2020, o Rio perdeu 118,6 mil postos formais de trabalho). Com esse resultado, o Rio tornou-se a segunda capital que mais gerou empregos formais no Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo. Vale ressaltar que, em 2020, a cidade tinha se destacado como a capital que mais perdeu esses empregos no país.

Numa análise mais histórica, entre 2009 e 2016, o Rio ocupou a posição de destaque (2º. lugar) na criação de empregos formais, e nos quatro anos posteriores (2017-2020), ocupou o último lugar, entre todas as capitais, com uma perda de quase 170 mil postos formais de trabalho.

1. <https://observatorioeconomico.rio/boletim-economico/>

2. Bulhões, C.; Balassiano, M. G.; Azevedo, J.; Gontijo, P. (2021). "Crédito Carioca: Programa de Microcrédito da Prefeitura do Rio". Revista Cidade Inova, Fundação João Goulart, número 9, volume 1.

3. Bulhões, C.; Dias, T.; Quirino, C.; Balassiano, M. G.; (2022). "Auxílio Empresa Carioca: Mitigando Impactos e Preservando Empregos". Revista Cidade Inova, Fundação João Goulart, número 12, volume 1.

Essa recuperação econômica foi resultado direto de medidas tomadas pela Prefeitura do Rio, muitas delas elaboradas e executadas pela SMDEIS. E, claro, a vacinação foi elemento fundamental nessa recuperação econômica. O Rio fechou o ano passado com quase 95% da população carioca acima de 12 anos com o esquema vacinal completo, o que representou 5,3 milhões de cariocas vacinados.

Em parceria com a Empresa de Investimentos da Prefeitura, Invest.Rio, a SMDEIS criou o Crédito Carioca (2), programa de crédito e educação financeira, que emprestou, em 2021, aproximadamente R\$ 5 milhões, beneficiando mais de 100 empresas, com cerca de 700 empreendedores fazendo o curso de educação financeira. Essa política pública que nasceu como uma ação emergencial, para minimizar os impactos econômicos da pandemia, se tornou um programa permanente de crédito, sendo inclusive avaliada e melhorada, por meio de uma parceria da SMDEIS com a iniciativa RioMais.

Outra ação de caráter emergencial elaborada pela SMDEIS foi o Auxílio Empresa Carioca (3), Lei nº 6.847, de 25/03/21, parceria da Prefeitura com a Câmara de Vereadores, para dispor de auxílio financeiro às empresas impactadas pelas medidas restritivas adotadas para conter o avanço da COVID-19. Foram beneficiadas mais de cinco mil empresas, ajudando a preservar 18 mil empregos, com um custo de R\$ 6,6 milhões.

ARTIGO

Com o cancelamento do Carnaval de rua em 2022, em função da variante Ômicron, a SMDEIS, por meio do decreto Rio nº 50.173, de 03/02/22, elaborou o Auxílio Ambulante Carnaval de Rua, com um auxílio, no valor de R\$ 500, em parcela única, paga aos milhares de ambulantes que trabalharam no Carnaval 2020. Segundo a publicação “Carnaval de Dados” (4), elaborada pela SMDEIS em parceria com a Fundação João Goulart, sabemos que são aproximadamente 10 mil trabalhadores ambulantes nos blocos de rua. Aproximadamente metade dessas pessoas solicitaram o benefício, e receberam o pagamento próximo da data original do Carnaval.

Olhando para um horizonte de médio e longo prazo do setor financeiro no Rio, a SMDEIS, em parceria com a SMFP, Invest.Rio, e outros órgãos da Administração Pública Municipal, atuou especificamente no mercado de crédito de carbono e de criptoativos, através de dois grupos de trabalho. (5)

Em dezembro de 2021, aconteceu um evento, organizado pela Prefeitura e patrocinado pelo Santander, cujo título era “Rio: a capital de investimentos verdes do Brasil”, que contou com a presença do Prefeito Eduardo Paes, dos ex-secretários Chicão Bulhões (SMDEIS) e Pedro Paulo (SMFP), entre agentes do mercado, especialistas do mercado verde, diretores do BNDES e Banco Central, entre outros. O relatório final do GT, com as ações do projeto, encontra-se disponível no Observatório Econômico do Rio. (6)

Já na parte de criptotativos, o grupo de trabalho, coordenado pela SMDEIS e SMFP, elaborou um robusto relatório (7) com as principais ações do projeto. O resultado do GT foi apresentado num evento na FIRJAN, em março de 2022, com

4. <https://observatorioeconomico.rio/carnaval-de-dados/>

5. Decreto Rio no 48.995, de 22/06/21, para a economia verde; e Decreto Rio no 50.145, de 13/01/22, sobre o estudo de criptoativos.

6. <https://observatorioeconomico.rio/bolsa-verde/>

7. <https://observatorioeconomico.rio/crypto-rio/>

8. Bulhões, C.; Dias, T.; Bastos, M.; Quintão, A. P. (2021). “LICIN: Licenciamento Integrado, Simplificando a Economia do Rio”. Revista Cidade Inova, Fundação João Goulart, número 9, volume 1.

9. O decreto Rio 50.141, de 12/01/22, dispôs sobre a criação e funcionamento de ambiente regulatório controlado.

a presença do Prefeito Eduardo Paes, dos ex-secretários Chicão Bulhões e Pedro Paulo, além de agentes do mercado e do mundo jurídico.

Elaborada pela SMDEIS e aprovada pela Câmara Municipal em 2021, a Lei da Liberdade Econômica (Lei Complementar nº 238 de 20/12/2021) tem por objetivo desburocratizar o processo para abertura de empresas, facilitando a vida de quem quer empreender, gerando mais empregos e desenvolvendo a economia carioca. Além de facilitar e reduzir custos, a Lei da Liberdade Econômica acaba com as restrições de zoneamento para atividades consideradas de baixo impacto.

Estimativas da SMDEIS indicam que, com a LLE, o PIB per capita anual do Rio pode crescer até R\$ 4 mil, com um potencial de gerar aproximadamente 115 mil empregos novos na cidade, em até dez anos.

Com a implementação do Licenciamento Integrado (LICIN) (8), o Rio deu um grande passo em direção à desburocratização, com aprovação de projetos em até 30 dias, uma diminuição de quase 90% no tempo de espera. Em medida complementar ao LICIN, a SMDEIS tornou digital os novos processos de licenciamento urbanístico e ambiental, se destacando como o primeiro órgão municipal a aderir ao sistema de processos eletrônicos, Processo.Rio.

Com o objetivo de tornar o Rio um polo de inovação e tecnologia, diversas ações foram implementadas. O Sandbox Regulatório (9), liderado pela Subsecretaria de Regulação e Ambiente de Negócios (SUBRAN) da SMDEIS, é o mecanismo que permite

a entidades públicas testar, em ambiente controlado, novos produtos, modelos de organização ou condução de serviços.

O Porto Maravalley, projeto liderado pela Invest.Rio, com um hub de inovação e tecnologia, tem por objetivo atrair grandes empresas de tecnologia, startups e centros de pesquisa para o coração da zona portuária do Rio. O local também vai abrigar a graduação do IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada). A previsão é que as obras estejam concluídas no primeiro trimestre de 2023.

O Programadores Cariocas (10), política pública elaborada pela Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SUBDEI), visa formar 5 mil jovens vulneráveis em programadores, e vai ser implementado ao longo de 2022.

Coroando os esforços da SMDEIS e da Invest.Rio para transformar o Rio na Capital Brasileira da Inovação e Tecnologia, a cidade foi anunciada como a mais nova sede do megaevento de tecnologia, Web Summit, a partir de 2023.

Em resumo, este artigo procurou mostrar os principais projetos e ações da SMDEIS ao longo dos últimos meses, sempre com foco na recuperação da nossa economia e na melhoria do ambiente de negócios, através da desburocratização, segurança jurídica e do incentivo à inovação.

10. Foi estabelecida no decreto Rio nº 50.177, de 08/02/2022



The poster features a dark blue background with a grid of satellite images. At the top, the text 'CENTRO DE OPERAÇÕES PREFEITURA DO RIO' is displayed in a light blue font. Below this, the title 'Desafio COR 2022' is prominently shown in large white letters, with '2022' in a white box with blue numbers. The main text in the center reads: 'Com a parceria Rio-Nasa, programa de inovação do COR chega à quarta edição em busca de soluções para reduzir impactos de eventos climáticos'. Below this, it says 'acesse: cor.rio e saiba mais'. A QR code is positioned in the lower right quadrant. At the bottom, there are logos for 'Rio PREFEITURA', 'FCJ RIO DE JANEIRO', 'ABMEN Associação Brasileira dos Mentores de Negócios', and 'NASA'. The words 'Parcerias:' and 'Apoio:' are placed above the logos.

CENTRO DE OPERAÇÕES
PREFEITURA DO RIO

Desafio COR 2022

Com a parceria Rio-Nasa,
programa de inovação do COR
chega à quarta edição em busca de
soluções para reduzir impactos de
eventos climáticos

acesse: cor.rio e saiba mais

Parcerias:

Apoio:

Rio
PREFEITURA

FCJ
RIO DE JANEIRO

ABMEN
Associação Brasileira dos Mentores de Negócios

NASA

PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO

UMA NOVA ABORDAGEM NA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

AUTOR

Vladimir da França Fernandes

Geógrafo, Gerente de Planejamento e Proteção Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade, Esp. em Planejamento e Gestão Ambiental e Esp. em Geotecnologias aplicadas à Gestão

O planejamento é, em sua essência, um instrumento capaz de antecipar (baseado em informações qualificadas) eventos futuros por meio de previsões ou projeções, por exemplo. É através do planejamento que as tomadas de decisões se tornam mais assertivas, possibilitando eliminar ou minimizar as incertezas, os efeitos negativos ou até mesmo potencializar resultados positivos. Planejar está no nosso dia a dia, em diversos campos do conhecimento e sua importância na área de proteção ambiental tem avançado bastante nos últimos anos, principalmente na Secretaria de Meio Ambiente (SMAC) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

ARTIGO

São várias as formas legais para proteger os recursos naturais e a Cidade do Rio de Janeiro, através da SMAC, utiliza a criação de Unidades de Conservação da Natureza (UC) como sua principal estratégia. Porém, a maneira como se criavam as UC colocava grandes dificuldades para implementação da gestão desses espaços protegidos e, conseqüentemente, da consecução dos seus objetivos de criação.

Em julho do ano de 2000, foi promulgada a Lei Federal 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Foi a partir desta lei que os procedimentos para criação de UC começaram a ser sistematizados e ganharam um direcionamento legal. Em 2010 o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou o Roteiro para Criação de UC Municipais. Uma iniciativa que colocou à disposição dos municípios uma ferramenta com linguagem acessível “fornecendo todas as condições necessárias para os técnicos conduzirem todo processo de criação de unidades de conservação, no âmbito de sua instituição” (1).

Embora o estabelecimento de áreas protegidas se apresente como de grande relevância para as políticas públicas que incidem sobre o território, especialmente as políticas ambientais, o município do Rio de Janeiro possuía, em 2016, sob tutela do seu órgão gestor ambiental -SMAC - 61 UC sem registros de que passaram por procedimentos mínimos que embasassem seus atos legais de criação, como a elaboração de estudos técnicos ou consulta pública, por exemplo. Mesmo considerando que a grande maioria das UC foram criadas antes de 2000, do ponto de vista do planejamento, é clara a importância do conhecimento prévio das diversas relações existentes em um ambiente natural, que está inserido em um

contexto urbano, quando se pretende estabelecer regras de proteção. A Cidade do Rio de Janeiro se destaca justamente por abrigar em seu território metropolitano diversas interações entre moradores, visitantes, povos tradicionais, belezas cênicas e suas diversas culturas. Conhecer, minimamente, essas relações diminui as possibilidades de conflitos.

Em 2017, a partir de um estudo desenvolvido por servidores do quadro técnico, a SMAC definiu áreas prioritárias para criação de UC. O estudo partiu de uma análise multicritério detalhada do território municipal considerando seus principais atributos geoambientais. A definição dessas áreas prioritárias serviria mais tarde como base para outros instrumentos de planejamento da cidade, como por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Sustentável, o Código Ambiental e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município.

Ainda nessa iniciativa de planejamento outra ferramenta foi apresentada pelos servidores da SMAC. Baseada na legislação vigente e nos roteiros metodológicos foi proposta a organização, de forma sistemática, dos procedimentos para criação de UC a partir de 12 etapas a serem seguidas desde a identificação de áreas prioritárias para receber proteção até a publicação do ato legal de criação da UC: 1- Identificação de áreas frágeis ou de relevância ambiental para proposição de proteção legal; 2- Abertura do processo com identificação da demanda; 3- Avaliação da demanda; 4- Realização de estudos técnicos; 5- Definição da categoria e da proposta de limite preliminar; 6- Consulta aos órgãos e instituições; 7- Realização da consulta pública; 8- Análise e elaboração de Nota Técnica referente às demandas da consulta pública; 9- Elaboração do mapa final da proposta de criação; 10- Elaboração

1 - DIAS, B. F. S. Apresentação do Secretário de Biodiversidade e Florestas. In: OLIVEIRA, J. C. C. Roteiro para criação de unidades de conservação municipais / João Carlos Costa Oliveira, José Henrique Cerqueira Barbosa. – Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2010. Citação DIAS, 2010, p. 7

de Parecer Técnico; 11- Elaboração do Parecer Jurídico; 12- Assinatura do ato e publicação. Destaque para a necessidade de Estudos Técnicos e realização de Consulta Pública.

Assim a SMAC passava a contar com dois instrumentos para apoio à proposição de áreas protegidas, alinhados à legislação vigente, e que permitiam que o órgão gestor ambiental da Cidade atuasse com mais protagonismo nas políticas públicas de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais no seu território.

Em 2021 foi criada na estrutura organizacional da SMAC a Gerência de Planejamento e Proteção Ambiental cujas competências estão relacionadas aos instrumentos de planejamento ambiental, possibilitando que todas as etapas relacionadas ao planejamento, em suas diversas dimensões e escalas, agora façam parte da estrutura do Órgão Gestor Ambiental da Cidade do Rio de Janeiro. A SMAC, através da identificação de áreas prioritárias e da sistematização de procedimentos para criação de UC, contribui desta forma para o fortalecimento institucional, tão importante em qualquer esfera pública.

Planejar, definir regras claras, reduzir incertezas e definir processos transparentes para criação de Unidades de Conservação é o melhor caminho para a efetiva proteção ambiental desses territórios.

A REVISTA CIDADE iNOVA TEM ASSINATURA DIGITAL



Saiba mais em
www.rio.rj.gov.br/web/fjg

JANA LIBMAN

Analista Técnica Administrativa graduada em Comunicação Social (UFF), com pós-graduação em Comunicação e Imagem (PUC-RJ) e em Psicologia Positiva (IIPsi+). Possui certificação em Coaching Integrado (ICI) e participante do Programa Women's Leadership Network (Columbia University).

REFLEXÕES SOBRE O PODER

Dizem que, para conhecer alguém de verdade, é só lhe dar poder. No setor público, isso fica mais evidente com a nomeação num cargo formal, a partir da publicação no Diário Oficial. A partir daí, é interessante observar como essa pessoa se comporta em relação aos outros, como ela passa a interagir, como e que tempo ela investe nas relações. Ela fala da mesma forma com velhos conhecidos? Cumprimenta antigos parceiros de trabalho? Dedica cinco minutos de prosa olho no olho com quem um dia lhe ajudou, deu-lhe a mão num momento de angústia ou crise? Ou se dirige apenas a pares e superiores? O poder serve a um propósito, é uma ferramenta para a geração de bem-estar coletivo?

Daí vem o outro lado da moeda. Quer conhecer como os outros te veem de verdade? Qual o grau de estima que eles têm por você? Fique sem o poder formal, sem o cargo que lhe foi concedido. Quem está num cargo de poder parece um diamante: brilhante, valioso, desejado. Perdeu o cargo? Corre o risco de “virar água”: se torna insípido, inodoro e incolor. Muitos com quem você trabalhava, interagia, por conta do cargo que ocupava, desaparecem do convívio. As pessoas passam a te olhar de outra forma, outras nem te olham, te evitam, como se você fosse um incômodo. Num piscar de olhos, você deixa de ser relevante e se torna desinteressante. Aquele ou aquela que fica na geladeira, no limbo, no “vale dos esquecidos” das organizações.

Mas, é o cargo que define o valor de alguém? A resposta é um sonoro não. O cargo, que é o endosso formal de uma delegação de poder, é a ferramenta para a consolidação de um trabalho e a possibilidade de gerar mais e melhores entregas para a população. Traz responsabilidade, compromisso e muita dedicação. Quem porta (temporariamente) o cargo é um ser humano, com trajetória, talentos e competências únicas. É sua história que precisa ser validada, não a posição que ocupa.

Ocupar um cargo é ter a oportunidade para treinar várias competências de liderança, que gerem maior conexão e consequente engajamento com os colaboradores: automotivação, comunicação, pensamento criativo e sistêmico, resiliência, empatia, assertividade, ética, negociação, gestão de equipes, delegação, inteligência emocional, tomada de decisão, orientação para servir, flexibilidade cognitiva, marca pessoal, adaptabilidade, dentre outras. Competências técnicas são importantes, é óbvio, mas o exercício do poder é um exercício de influência, de relacionamento, de conexão com os outros. Além de obras, produtos e serviços, quem está no poder será lembrado também – e principalmente - pela forma como lida com as pessoas.

Fomentar e tolerar o isolamento sistemático de colaboradores é perpetuar uma prática assediadora passível de sanção. Não cabe mais em organizações maduras um tipo de “pacto de cinismo” onde pessoas com talentos, que obviamente podem alavancar resultados, são sistematicamente isoladas porque têm opiniões diferentes. Organização não é família nem turma de escola, onde naturalmente as pessoas se aproximam por afinidade. É nosso dever e responsabilidade trabalhar com pessoas que pensam diferente, têm valores diferentes dos nossos, respeitando essas diferenças e concentrando esforços nos pontos de conexão que permitem o diálogo e a sinergia entre os atores envolvidos. Lembrando mais uma vez que não trabalhamos para nós, mas para uma população ávida por serviços melhores e mais eficientes. O poder serve para servir, não para se servir dele. É preciso que se tenha isso em mente para desfazer toda e qualquer ilusão de pertencimento/não pertencimento - diamante x água – que um cargo ou a ausência dele pode trazer.

TESOUROS DO RIO

RECOMPOSIÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO

JULIANA JABOR

Doutora em História e Crítica da Arte pela UFRJ, mestra em Urbanismo pelo PROURB / UFRJ (2007), e possui especialização em Gestão e Restauro Arquitetônico pela Universidade Estácio de Sá (2010). Arquiteta do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, onde é Subgerente de Projetos em Espaços Urbanos Protegidos.

WASHINGTON FILHO

Arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 2014, integra a equipe técnica do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, onde desenvolve atividades relacionadas à Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos Protegidos.



Ainda nos dias de hoje, ao caminharmos pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro, podemos rememorar importantes acontecimentos históricos, experienciar espaços públicos carregados de valores simbólicos e afetivos, marcos na paisagem de diferentes períodos da história desta cidade.

Assim, o conjunto urbano preservado do Centro, com seus sobrados, palacetes, igrejas, pisos em pedras costaneiras, becos e ruas estreitas iluminadas por arcos e postes em ferro fundido, configura-se com camadas sobrepostas intrínsecas à forma como lemos a cidade em diferentes tempos e vivências, apresentando signos e desígnios do que ora foi esperado na ocupação desse espaço tão relevante e único.

Neste contexto, a iluminação pública histórica, com peças em ferro fundido remanescentes e ainda conservadas, com seu repertório, seus ritmos de implantação, sua existência e resistência às transições desse recorte territorial, exerce papel significativo na ambiência e na paisagem do Corredor Cultural. Tais peças ainda existentes, à medida que a

cidade se moderniza, vêm sendo substituídas por novos modelos e, aos poucos, estão deixando de fazer parte da paisagem carioca, o que torna o Projeto de Recomposição do Sistema de Iluminação Histórica do Rio de Janeiro tão relevante e necessário para conservação desse ambiente histórico protegido.

A proposta de recuperação da iluminação histórica do Centro foi desenvolvida pela equipe técnica do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), inicialmente no âmbito do Programa Centro Para Todos (2015/2016), quando foi elaborado um mapeamento dos elementos remanescentes e, conjugando esforços de diferentes órgãos, fez uma proposta para restauração dessas peças. Atualizada no contexto do Programa Reviver Centro (Decreto Municipal nº48.348/2021), a ação visa recuperar o sistema de iluminação histórica e devolver à paisagem carioca os arcos, cordoalhas e postes de ferro fundido.

A partir da iluminação pública e do Projeto de Recomposição do Sistema de Iluminação Histórica buscamos promover maior sensação de segurança, faci-

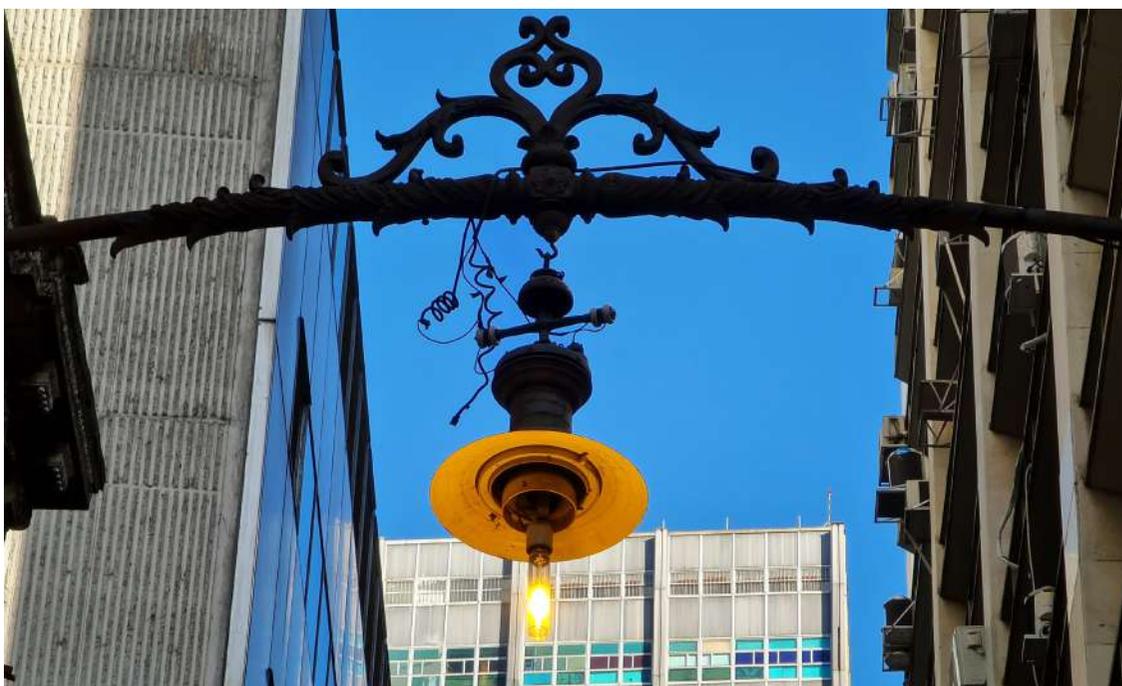
TESOUROS DO RIO

litando, portanto, a ocupação do Centro histórico e valorizar o patrimônio cultural, resguardando os elementos provenientes, em maior parte, da iluminação pública do início do século XX, ainda remanescentes no Centro.

No que concerne aos aspectos metodológicos, elencou-se uma área piloto de atuação e estudo. Após isso, dividiu-se o projeto nas seguintes etapas: pesquisa histórica, inventário, restauração e o projeto de recomposição do sistema. As etapas de pesquisa histórica e inventário foram concluídas.

Redescobrimo as tipologias - pesquisa histórica

Para uma maior compreensão da iluminação histórica do Centro, foi necessário recorrer à pesquisa histórica e aos registros fotográficos do Rio antigo. Tal pesquisa foi realizada para nortear o projeto, revelando as diferentes tipologias dos elementos de iluminação encontrados ao longo do tempo, em diferentes períodos e lugares. Possibilitando, assim, desvelar para cada rua, largo ou praça, a tipologia outrora existente e embasar a restauração e as definições projetuais na área de estudo.



Inventariando

A partir de vistorias, identificou-se as peças remanescentes que foram catalogadas, desde sua diversidade à variação de elementos. Nesse contexto, as peças foram mapeadas e inventariadas, considerando-se a densidade que aparecem na malha urbana, o estado de conservação e tipologias predominantes.

Restaurando

O inventário resultou em medidas para a preservação das tipologias encontradas. Deste modo, foram selecionados exemplares de postes, arco e cordoalha, em melhor estado de conservação, para a produção de moldes e fundição de peças, a partir da matriz, para a complementação do sistema de iluminação.

As peças remanescentes identificadas no inventário serão restauradas e reposicionadas de acordo com o projeto de recomposição do sistema.

Planejando a iluminação - projeto de recomposição do sistema

O projeto de recomposição do sistema respeita as preexistências de maneira a recompor a ambiência local. Assim, a escolha das novas peças para implantação no espaço público considera os elementos remanescentes em cada trecho da área piloto, de acordo com a pesquisa histórica e as tipologias encontradas em cada lugar.

Desta forma, o projeto também considera o espaçamento entre as peças e os tipos de luminárias e lâmpadas a serem utilizadas, de maneira a garantir a eficiência energética e, ao mesmo tempo, manter suas características e temperaturas de cor que não agridam ao ambiente protegido, embora proporcione maior luminância.

O processo de Recomposição do Sistema de Iluminação Histórica do Rio de Janeiro tem sido de grande importância para o conhecimento, divulgação, recuperação e memória da iluminação pública do Centro e para garantir que essas peças continuem fazendo parte da paisagem da cidade, que guarda vestígios de outros tempos e vivências.

CALMARIO

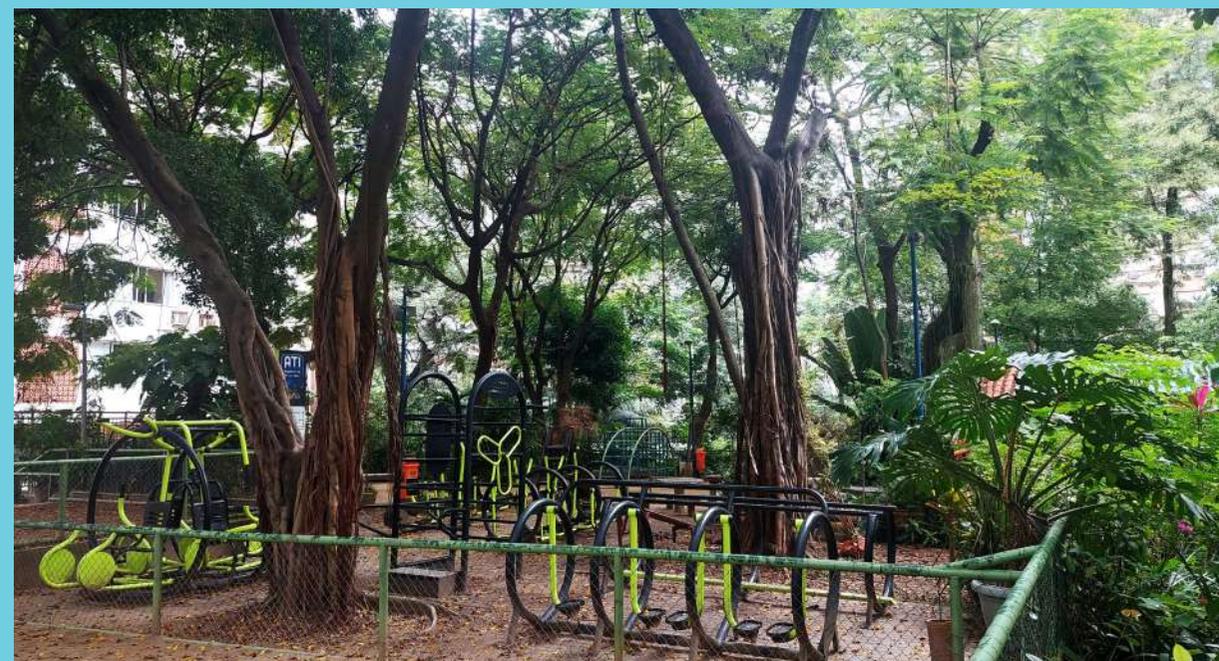
ALEXANDRE CHERMAN

Astrônomo, físico, cientista de dados, escritor, servidor público e Líder Carioca. Gosta de procurar por detalhes e descobrir lugares silenciosos.

A rua é curta; tem quatro quarteirões apenas. E, incrivelmente, possui CINCO nomes diferentes ao longo desse percurso! Começa na Voluntários da Pátria (sim, estamos em Botafogo), com o nome de Guilhermina Guinle; logo cruza a São Clemente e já muda de nome para Eduardo Guinle (pelo menos manteve o sobrenome!). Faz uma curva estranha, ao se deparar com o Morro Dona Marta, e vira Ministro Raul Fernandes. Logo adiante, ao cruzar a Rua Assunção, transforma-se em Marechal Niemeyer e ali termina, na Rua Bambina.

Guilhermina Guinle, Eduardo Guinle, Ministro Raul Fernandes e Marechal Niemeyer. Está faltando um nome aí... Como se não bastassem tantos nomes, ali na curva estranha que a rua faz, do lado direito de quem passa, fica uma pracinha: a Praça João Fortes. Originalmente chamava-se Praça Radial Sul, mas de "radial" nunca teve nada, pois é bem retangular. A Praça João Fortes é o nosso CalmaRio de hoje.

Quem está acostumado com o "fervo" de Botafogo quase não acredita na existência desse cantinho silencioso. Apesar de pequenina, tem tudo o que uma típica pracinha carioca tem que ter: área verde, brinquedos, aparelhos de ginástica, espaço para os pets... Mas, fique atento! É uma pracinha pequena MESMO! Talvez você tenha passado por ela e nem tenha percebido!

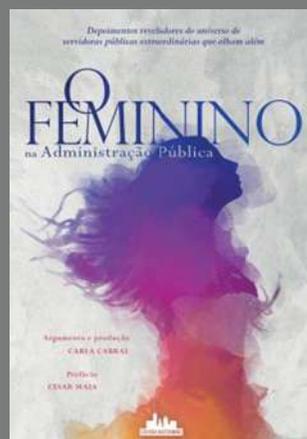


PRAÇA JOÃO FORTES - BOTAFOGO



#FICAADICA

ANDRÉ APPARIZ



O FEMININO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ARGUMENTO E PRODUÇÃO: CARLA CABRAL

As características da gestão feminina são essenciais no novo tempo e, principalmente, dentro da Administração Pública.

A partir deste argumento, a organizadora e produtora Carla Cabral, servidora pública da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, reuniu depoimentos que revelam muito mais do que histórias de mulheres na Administração Pública e convida o leitor a refletir sobre a veracidade desta teoria.

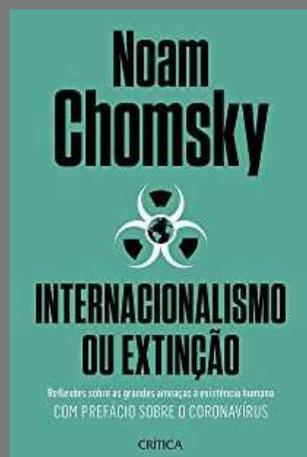
O livro conta com dezenove textos que evidenciam o diferencial deste olhar feminino ou das habilidades femininas na resolução das questões enfrentadas, a partir das experiências extraordinárias contadas por 21 servidoras públicas de diferentes épocas e profissões com quem a organizadora conviveu na área pública ou profissional. O leitor vai descobrindo um universo rico de vivências que espelha a questão de gênero na Administração Pública, a importância das relações humanas no ambiente de trabalho e, principalmente, a realidade das cidades brasileiras e da sua população.

Desta forma, segundo o ex-prefeito do Rio de Janeiro e atual vereador Cesar Maia, prefaciador do livro, esta obra "constitui um recurso importante e fundamental para a sociedade civil, administrações públicas e instituições acadêmicas... para acelerar a participação igualitária das mulheres na administração pública, destacando experiências extraordinárias através do olhar feminino".

INTERNACIONALISMO OU EXTINÇÃO: REFLEXÕES SOBRE AS GRANDES AMEAÇAS À EXISTÊNCIA HUMANA

AUTOR: NOAM CHOMSKY

Há 66 milhões de anos, um enorme asteroide atingiu a Terra destruindo 75% das espécies. Essa foi considerada a quinta extinção em massa. Isso pôs fim à era dos dinossauros, abriu caminho para a ascensão de pequenos mamíferos e cerca de 200 mil anos atrás finalmente os humanos tomaram



conta do planeta.

"Não há de demorar muito para que a humanidade provoque a sexta extinção." Essa é a análise do linguista e filósofo Noam Chomsky, um dos mais debatidos intelectuais do mundo.

Neste livro, Chomsky reflete sobre as ameaças à sobrevivência do planeta e da espécie humana e argumenta sobre a incapacidade dos estados nacionais para lidar com os problemas que ameaçam o futuro.

Contando com prefácio que avalia a crise provocada pela epidemia do coronavírus, a obra conta com argumentos fortes e inovadores para que cada um possa pensar melhor e com mais clareza sobre geopolítica, guerra nuclear, Meio Ambiente, capitalismo e o conceito de internacionalismo.



.A METAMORFOSE AUTOR: FRANZ KAFKA-

A metamorfose nos apresenta uma crítica aos valores da sociedade. Gregor, um sujeito infeliz e insatisfeito com a vida que se limitava a trabalhar no que não gostava, dedicava seus dias exclusivamente ao trabalho e à necessidade de ganhar dinheiro para pagar dívidas e sustentar a família. Certo dia ele acorda e percebe que sofreu uma metamorfose que o transformou em um inseto gigante.

Essa nova condição modifica todo o comportamento de sua família. Antes de sua metamorfose, enquanto Gregor abandonava seus desejos e vontades para sustentar a família, era adorado por ela. Porém, quando acorda metamorfoseado, passa a causar repulsa e vergonha naqueles que antes o veneravam.

A aparência grotesca "apagou" suas qualidades, mas também retirou seus familiares da zona de conforto. Afinal, Gregor não podia mais ser o mantenedor da casa.

Essas relações mostram como aceitação e rejeição estão separadas por uma linha tênue que divide sentimentos e interesses.

"A Metamorfose" nos deixa como lição que algumas mudanças são inerentes a todos nós. O que fazemos com elas é o que define como lidamos com transformações irrefreáveis.

Aceitar? Se desesperar diante da estranheza das mudanças? O que fazemos com nossas vidas? De onde vem nossa satisfação pessoal? O que esperam de nós e o que podemos esperar - ou não esperar- dos outros? Essas são algumas reflexões que o livro pode trazer ao leitor.



Fotografia de capa:
Rafael Catarcione - Riotur



Aqui você encontra o arquivo pdf do número 13 da Revista Carioca de Gestão Pública, Cidade iNova. Aproveite!

TEM ALGUMA EXPERIÊNCIA PARA COMPARTILHAR?

Já estamos trabalhando para a próxima edição e queremos a sua ajuda para que ela fique ainda melhor.

Submeta um artigo, mande sua dica ou simplesmente dê a sua opinião!

...

Para ter acesso aos critérios de submissão e regras de formatação, acesse o site: fjg.prefeitura.rio

Outras dúvidas, envie um e-mail para: revistacidadeinova@gmail.com

